

CAPÍTULO 11

VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA MULHER: TIPOS DE LESÕES E MANEJO - UMA REVISÃO INTEGRATIVA

JULIANA VINHAS DE ALMEIDA¹
LUANA CHALITA NOHRA¹
LUCAS NOBUYUKI VIEIRA FUJITA¹
MARIA JÚLIA DA GAMA FORTUNATO ZILIANI¹
RAQUEL CAMILO DA CUNHA¹
STEPHANIE CRISTINA GARCIA¹

¹Discente - Medicina da Universidade Anhembi Morumbi

Palavras-chave: Violência; Mulher; Manejo.

INTRODUÇÃO

A violência sexual é definida como ato, tentativa ou comentário de conotação sexual indesejados. Caracterizada por uma ação intimidativa, pode ser praticada por qualquer pessoa e em qualquer domínio. As mulheres estão entre os principais alvos dessa violência que, via de regra, está relacionada a aspectos culturais, sociais e econômicos (KRUG *et al.*, 2002).

No mundo, segundo a OMS, 12 milhões delas são acometidas por esse crime a cada ano e, no Brasil, conforme dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, divulgados em 2021, uma é a vítima de estupro a cada 10 minutos e feminicídio a cada 7 horas (SHOHEL *et al.*, 2014; BUENO *et al.*, 2021).

O estupro, está entre os casos mais reiterados de violência contra a mulher. Embora de 2019 para 2020, tenha havido 7.415 ocorrências a menos, a taxa voltou a crescer em 2021, apesar de ainda não apresentar o mesmo índice do ano anterior. O feminicídio atingiu em 2020 o patamar de 1351 casos, permanecendo ainda alto, não obstante a redução para 1319, em 2021 (BUENO, 2021).

Devido ao caráter crônico, além de um longo tempo para que o combate a esse crime resulte em efeitos concretos e substanciais, esses atos violentos demandam ações de fortalecimento das linhas de cuidado, de aprimoramento dos protocolos para identificá-los, bem como a aplicação rigorosa da legislação de proteção à mulher. Estaria longe de ser um excesso, se cada vítima recebesse os cuidados decorrentes de um plano terapêutico individual que atendesse às suas necessidades (SCHRAIBER & D'OLIVEIRA, 2002).

Assim, considerando a alta frequência com que ocorrem tais delitos e as implicações per-

manentes para a saúde de quem o sofre, pode-se dizer que a violência sexual contra a mulher resulta em um problema de saúde pública com dimensão global (DREZETT, 2002).

O objetivo deste capítulo foi realizar uma revisão integrativa sobre a violência contra mulher, com o propósito de avaliar os tipos de lesões, modo de apresentação do quadro clínico e o manejo, com o intuito de obter mais informações sobre a temática.

MÉTODO

Trata-se de uma revisão integrativa realizada no período de novembro a dezembro de 2022, por meio de pesquisas nas bases de dados: SciELO e Pubmed. Foram utilizados os descritores: Violência, mulher e lesão. Desta busca foram encontrados 10 artigos, posteriormente submetidos aos critérios de seleção.

Os critérios de inclusão foram: Artigos no idioma português; publicados no período de 2004 a 2017 e que abordavam as temáticas propostas para esta pesquisa, disponibilizados com textos completos.

Os critérios de exclusão foram: Artigos duplicados, disponibilizados na forma de resumo, que não abordavam diretamente a proposta estudada e que não atendiam aos demais critérios de inclusão.

Após os critérios de seleção restaram 4 artigos que foram submetidos à leitura minuciosa para a coleta de dados. Além disso, também foi utilizado o Protocolo de Atendimento às vítimas de agressão sexual, Diretrizes para o Manejo de situações de violência na saúde.

Os resultados foram apresentados de forma descritiva, divididos em categorias temáticas abordando: Apresentação do quadro clínico, tipos de violência e manejo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Tipos de violência sexual

Podemos classificar esta violência em 4 tipos: Assédio sexual, estupro, pornografia infantil e exploração sexual. Na prática, o primeiro tipo se caracteriza pela insistência inoportuna ou qualquer forma de abordagem sexual não desejada. Já o segundo, designa a situação em que a vítima é forçada a praticar um ato sexual contra sua vontade. O terceiro, consiste em produzir, compartilhar, vender, adquirir e armazenar cenas de sexo de crianças ou adolescentes. Por último, o quarto tipo denota o uso de pessoas com fins comerciais e de lucro (SUS, 2022).

Modo de apresentação

A violência sexual pode gerar uma série de lesões, divididas em duas esferas: Física e mental. Na primeira, tem-se os traumas corporais, que se apresentam, sobretudo, por meio de hematomas, edema vulvar e escoriações. Quando as vítimas são pré-púberes, frequentemente observam-se lesões anatômicas do tipo rupturas perineais, do fundo de saco vaginal e do esfíncter anal, acompanhadas de hemorragias intensas. No caso de vítimas adultas, as sequelas físicas genitais mais frequentemente observadas são as DSTs, algias pélvicas crônicas e gestação (uma vez que a penetração vaginal está presente na maioria das agressões). Além disso, lesões em outras regiões do corpo são frequentemente notificadas, com predomínio de contusões e cortes (LOPES *et al.*, 2004; DELZIOVO *et al.*, 2017).

No âmbito psicológico, a violência sexual tem efeitos avassaladores na vida da mulher a curto e longo prazo. O trauma causa danos profundos no bem-estar físico, sexual, reprodutivo, emocional, mental e social das vítimas, além do fato de que mulheres com história de violência sexual têm maior vulnerabilidade para sintomas

psiquiátricos, dentre os quais se destacam a depressão, pânico, abuso de substâncias psicoativas e tentativa de suicídio (LOPES *et al.*, 2004; FACURI *et al.*, 2013; DELZIOVO *et al.*, 2017).

Manejo

As vítimas que sofreram violência devem seguir um protocolo de atendimento, que inicia-se na unidade de emergência, onde a vítima deve ser assistida e acolhida, de forma respeitosa e humanizada pelos profissionais de saúde. A seguir, o médico que atendeu a vítima de violência sexual irá preencher a ficha de notificação compulsória, desde que seja uma vontade da vítima, enviar a epidemiologia e realizar o exame de corpo de delito, no instituto médico legal, pelo médico legista. Tais ações só serão executadas com a permissão da vítima (DUARTE *et al.*, 2016).

O processo de notificação consiste no preenchimento de duas vias de notificação individual, em que uma dessas vias será anexada ao prontuário da paciente (DUARTE *et al.*, 2016).

O preenchimento da ficha de notificação compulsória geralmente é feito por quem atende a vítima de agressão (DUARTE *et al.*, 2016).

Com o objetivo de prevenir os riscos ao qual a vítima foi exposta, deve ser oferecido, nas primeiras 72 horas após a agressão sexual, a contracepção de emergência e a profilaxia a doenças sexualmente transmissível como, por exemplo, AIDS virais e não virais (SUS, 2022).

Dentre as quimioprofilaxia estão as vacinas contra a sífilis, hepatite B, HIV e contra o tétano. Ademais, é necessário a imunização ativa e passiva. Os exames realizados devem ser: Conteúdo vaginal, sífilis, anti-HIV, hepatite B ou teste rápido, hepatite C, hemograma, glicose, uréia, creatinina, bilirrubina direta e indireta, HCG (SUS, 2022).

A anticoncepção de emergência deve ser administrada para todas as mulheres e jovens que são expostas à gravidez (por meio do contato com sêmen). A eficácia é maior nas primeiras 72 horas após a agressão (SUS, 2022).

É direito da mulher a decisão de aceitar a gravidez ou optar pelo aborto ou doação, cabe oferecer a vítima essas alternativas (PORTO & AMARAL, 2014).

CONCLUSÃO

Após a análise dos artigos utilizados para a realização do capítulo em questão, conclui-se que a violência sexual trata-se de um problema de saúde pública ligado à aspectos sociais, econômicos e culturais que acomete principalmente as mulheres. Ademais, nota-se que as mesmas são vítimas de diversos tipos de violên-

cia, tais quais, o assédio sexual, estupro, pornografia infantil e a exploração sexual.

Observa-se portanto, que os casos de violência sexual necessitam de um manejo em relação as vítimas e de um protocolo de atendimento que deve ser realizado, por meio, da notificação compulsória, como forma de subsidiar ações que promovam a prevenção da violência e pela realização de exames, como prevenção de doenças as quais a mulher pode ser submetida.

Diante do exposto acima, é notório a importância de estudos relacionados com essa temática, com o intuito de despertar o senso crítico da sociedade, gerar novas informações e formas de acolhimento para a vítima, visto que a violência contra mulher ocorre diariamente. Sendo assim, com o aumento de conhecimento sobre essa temática os profissionais de saúde estarão mais aptos a atenderem esse tipo de paciente, possibilitando a integralidade do cuidado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BUENO, S. *et al.* Violência contra a mulher. Fórum de Segurança Pública, 2021.

DELZIOVO, C.R. *et al.* Características dos casos de violência sexual contra mulheres adolescentes e adultas notificados pelos serviços públicos de saúde em Santa Catarina, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 33, n. 6, 2017.

DREZETT, J. Aspectos biopsicossociais da violência sexual. *Jornal da Rede Feminista de Saúde*, v. 22, 2002.

DUARTE, G. *et al.* Protocolo de atendimento as vítimas de violência sexual. *Revista USP*, 2016.

FACURI, C.O. *et al.* Violência sexual: Estudo descritivo sobre as vítimas e o atendimento em um serviço universitário de referência no Estado de São Paulo, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 29, n. 5, 2013.

KRUG, E.G. *et al.* Relatório mundial sobre violência e saúde. Geneva: World Health Organization; 2002.

LOPES, M.R. *et al.* Caracterização da violência sexual em mulheres atendidas no projeto Maria-Maria em Te-

resina-PI. *Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia*, v. 26, n. 2, 2004.

PORTO, M.L. & AMARAL, W.N. Violência sexual contra a mulher: Histórico e conduta. *Revista Femina*, v. 42, n. 4, 2014.

SCHRAIBER, L.B. & D'Oliveira A.F. O que devem saber os profissionais de saúde para promover os direitos e a saúde das mulheres em situação de violência doméstica [cartilha]. São Paulo: USP; 2002.

SHOHEL, M. *et al.* A systematic review of effectiveness and safety of different regimens of levonorgestrel oral tablets for emergency contraception. *BMC Women's Health*, v. 4, p. 14-54, 2014.

SUS. Sistema Único de Saúde. Diretrizes para o manejo de situações de violência na saúde, 2022. Disponível em: <https://www.contagem.mg.gov.br/sms/wp-content/uploads/2022/03/Manual-de-manejos-de-situacoes-de-violencia-2022-FINAL-para-publicacao-18-fevereiro-2022.pdf>. Acesso em 14 nov. 2022.